

Cabral termina hoje anteprojeto da Constituição

BRASÍLIA — O primeiro esboço da futura Constituição deverá ficar pronto hoje, de acordo com o Relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, que conta para isso com a colaboração de quatro relatores-adjuntos do PMDB — os Senadores Fernando Henrique Cardoso (SP), José Ignácio Ferreira (ES) e Wilson Martins (MS) e o Deputado Nelson Jobim (RS). Cabral pretende entregar o anteprojeto amanhã, no fim da tarde, ao Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, e disse ontem esperar que o texto não tenha mais de 500 artigos. Até ontem, foram identificados cerca de cem artigos conflitantes ou repetitivos, dentre os 553 enviados pelas comissões temáticas.

— Quando houve repetição, optamos por aquilo que é mais constitucional — afirmou Cabral, acrescentando que foram utilizados critérios jurídicos e políticos na opção. Explicou: "A nível jurídico não houve nenhuma concessão, mas a nível político ajustamos com o texto mais progressista".

Em entrevista no Prodasen, ele manifestou preferência por alguns textos, como da anistia, feito pelo Relator da Comissão da Ordem Social, Almir Gabriel, assegurando a reintegração de servidores civis e militares punidos desde 1946 com to-

dos os direitos e vantagens. Também na questão da reforma agrária, disse ter compatibilizado o que era possível, tendo como base o texto de Almir Gabriel.

Cabral, que ontem demonstrava sinais de cansaço, disse que ele e os relatores-adjuntos, nesta primeira fase, estão trabalhando, em média, 20 horas por dia. As queixas com relação ao curto espaço de tempo para trabalhar não são, porém de exclusividade de Cabral. O problema foi levantado por todos os relatores das comissões e subcomissões.

Manter o Finsocial e dirigi-lo à seguridade social ou extingui-lo no prazo de cinco anos. Este foi um dos pontos que impediu o Relator Bernardo Cabral de terminar ontem mesmo o relatório. A manutenção do Finsocial é proposta no anteprojeto



Cabral, de dedo em riste, recebe o sub-relatório e entrega o relatório a Ulysses amanhã

da Comissão da Ordem Social, feito pelo Senador Almir Gabriel (PMDB-PA), no capítulo da Seguridade Social. Já o anteprojeto da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças, preparado pelo Deputado José Serra (PMDB-SP), propõe outra destinação dos recursos do Fundo: serviriam para o custeio da descentralização dos serviços da União para os Estados, Distrito Federal e mu-

nicípios. Cinco anos depois, o Finsocial seria extinto.

— O Finsocial será mantido, pelo menos nessa primeira parte dos trabalhos da Comissão — afirmou Cabral ontem à noite.

Tanto Almir Gabriel como José Serra foram ao Prodasen discutir o assunto. Serra, que esteve na reunião da tarde, disse que à noite voltaria a conversar sobre o assunto. Segundo

Bernardo Cabral, porém, a tendência na Sistematização era para manter o Fundo.

Ainda no capítulo da Seguridade Social, outro ponto seria decidido na reunião da noite: o artigo 41 do anteprojeto de Almir Gabriel propõe que na folha de salários só poderá haver desconto referente a seguridade social. Segundo Bernardo Cabral, esse assunto também seria discutido ontem e, de acordo com ele, a prevalecer este artigo, precisaria haver uma definição sobre os descontos referentes ao Sesc, Senac, Senai e Sesi e salário-educação.

Ontem, a Comissão de Sistematização avançou em novas decisões. Na questão sindical, Cabral optou pela pluralidade sindical, com uma representação única perante o Poder Público. Caberá à lei dizer qual será o critério adotado para a escolha deste sindicato.

— Tentamos compor, com a ajuda do Ministro do Trabalho, Almir Pazianotto, para que haja um meio termo entre unicidade e pluralidade sindical — afirmou.

A extinção do Conselho de Segurança Nacional, substituído pelo Conselho da República, foi outra decisão tomada pelo Relator. A composição deste Conselho ficou da seguinte maneira: Presidente da República, Presidentes da Câmara e do Senado,

Primeiro-Ministro, Líderes da Maioria na Câmara e no Senado e Ministro da Justiça. Também será assegurado assento a um ministro militar (rodízio anual entre os ministros da Marinha, Exército e Aeronáutica). Participarão do Conselho da República, ainda seis brasileiros natos, com mais de 35 anos — dois indicados pelo Presidente da República, dois eleitos pelo Senado e outros dois pela Câmara —, com mandato de três anos. Entre outras coisas, o Conselho da República se manifestará sobre dissolução da Câmara dos Deputados, nomeação e exoneração do Primeiro-Ministro, realização de referendo, declaração de guerra e decretação do Estado de Sítio.

A Comissão de Sistematização vai manter a anistia prevista no relatório da Comissão da Ordem Social — que abrange funcionários civis e militares punidos desde 1946 —, estabilidade no emprego e jornada de 40 horas semanais. O Supremo Tribunal Federal também será mantido, mas haverá um Tribunal Superior de Justiça, com 36 ministros. As verbas públicas serão destinadas ao ensino público mas poderão, em caso subsidiários, ser destinadas para escolas confessionais, filantrópicas e comunitárias. A contribuição sindical ainda será discutida.

Anteprojeto do 'Grupo dos Oito' fica pronto: 376 artigos e 67 disposições

BRASÍLIA — Um dos anteprojeto de Constituição já está pronto: foi entregue ontem pelo "Grupo dos Oito", relatores de vários partidos designados pelo Relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, e é composto de 376 artigos e 67 disposições transitórias. Isso significa que do texto consolidado de sete comissões temáticas foram eliminados 116 artigos, mas tudo indica que o texto final continuará sendo um dos maiores do mundo. Cabral ainda irá escrever o capítulo relativo a família, educação, cultura, esportes, ciência, tecnologia e comunicação.

Mesmo escrevendo o anteprojeto sem o auxílio dos computadores do Senado, o "Grupo dos Oito" conseguiu terminar seu trabalho antes do "Grupo dos Quatro" — relatores-adjuntos do PMDB —, que utilizou-se da informática mas tem tentado compatibilizar o texto das comissões

aproximando-o das diretrizes programáticas do Partido. O "Grupo dos Oito" deixou a cargo do Relator todos os pontos nos quais foi impossível obter consenso.

Ao receber o anteprojeto do coordenador dos "Oito", Deputado Adolfo Oliveira (PL-RJ), Bernardo Cabral preocupou-se em assegurar que seu trabalho seria cotejado com o do "Grupo dos Quatro". Tentando minimizar o clima de disputa entre os dois blocos de auxiliares, Cabral chegou a pedir à imprensa que não registrasse "o que for prejudicial", assegurando que os dois anteprojeto foram feitos sob sua supervisão direta. Falando pelo "Grupo dos Quatro", o Senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), no entanto, garantiu que dali sairia o anteprojeto final, embora algumas sugestões dos outros relatores pudessem ser aproveitadas.

Itens principais do relatório e o que ficou para ser decidido pelo Relator

BRASÍLIA — Os principais pontos polêmicos, tratados de forma diferentes em várias comissões temáticas, foram compatibilizados pelo "Grupo dos Oito" no anteprojeto entregue ontem. Em alguns dispositivos não houve consenso e a decisão caberá ao Relator. Um deles refere-se à criação do Tribunal Constitucional e extinção do Supremo Tribunal Federal. Na questão da reforma agrária, o grupo optou pelo aproveitamento do que foi aprovado pela Comissão da Ordem Econômica, mas introduziu dispositivos "progressistas" aprovados na Comissão da Soberania. Em geral, os relatores preferiram manter os textos aprovados pelas comissões competentes.

● No item da reforma agrária, ficou decidido que compete à União promovê-la, através da desapropriação por interesse social da propriedade improdutiva em zonas prioritárias, mediante pagamento de prévia e justa indenização.

E mais: a propriedade dos bens de produção é suscetível de desapropriação por necessidade ou utilidade pública ou por interesse social, desde que necessária à execução de projetos de desenvolvimento social e econômico. Os critérios para deter-

minar o valor e a forma de indenização por desapropriação sempre levarão em conta o não uso, o uso meramente especulativo do bem desapropriado nos últimos três anos e, se bem de produção, a média de produtividade no mesmo período.

● Na questão da reserva de mercado, ficou estabelecido que a lei irá assegurar proteção temporária à indústria de ponta.

● O voto será obrigatório dos 18 aos 70 anos de idade.

● Só o Estado poderá explorar recursos minerais em áreas indígenas.

● Anistia ampla, geral e irrestrita a todos os punidos por motivos políticos entre 2 de setembro de 1961 e 1º de fevereiro de 1987, com reintegração ao emprego, pagamento de atrasados, aposentadoria ou pensão especial aos dependentes de falecidos e desaparecidos durante a repressão política.

● O Presidente será o responsável pela concessão e renovação das concessões de emissoras de rádio e televisão depois de ouvir o Conselho de Comunicação e receber a aprovação do Congresso Nacional.

● A jornada de trabalho será de 40 horas semanais.



Prisco repele sistema proporcional

Prisco defende da tribuna voto distrital misto

BRASÍLIA — O Deputado Prisco Viana (PMDB-BA) usou ontem a tribuna da Assembléia Nacional Constituinte para defender sua proposta em favor do voto distrital misto. Para ele, o sistema distrital obriga o eleito a manter "permanente contato com a sua base, com o seu distrito, com o seu eleitor". Com isso, cria-se "uma relação autêntica" entre representante e representado, enquanto no sistema proporcional, de acordo com ele, após mais de meio século, a vida partidária não cresceu.

— No sistema proporcional, o voto é conquistado por outras formas que não a opção por idéias. A simpatia pessoal e a agilidade são elementos mais decisivos do que a proposta doutrinária — assinalou.

Por tudo isso, ele acredita que o Brasil está preparado para o sistema distrital, que em sua opinião deve ser misto para que sejam aproveitadas as vantagens do voto majoritário sem sufocar as minorias, que poderão chegar ao Parlamento através do componente proporcional, nada impedindo a ação do voto majoritário.

ANC P F

O GLOBO

25 JUN 1987